



# MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI  
ISSN 2316-1663

VOLUME 10, NÚMERO 4 | ABR. 2021  
EDIÇÃO ESPECIAL DOS 10 ANOS  
<https://doi.org/10.47295/mren.v10i4.3140>

## CONCÍLIO VATICANO II E DIOCESE DE LIMOEIRO DO NORTE-CE



## VATICAN II COUNCIL AND DIOCESE OF LIMOEIRO DO NORTE-CE

OLÍVIA BRUNA LIMA NUNES

SANDER CRUZ CASTELO

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AS AUTORAS

RECEBIDO EM 21/01/2021 • APROVADO EM 08/03/2021

---

### Abstract

---

After the Second Vatican Council (1965), Brazilian dioceses had to adapt to the Church model discussed and approved at the event, based on the Joint Pastoral Plan, prepared by CNBB. In this article, the Diocesan Plans for Pastoral Care of the Diocese of Limoeiro do Norte-CE are analyzed during the bishopric of Dom José Freire Falcão (1967-1971), with a focus on the human promotion they encourage. It is concluded that there was a remodeling of the notion of “lay Christian”, in view of his potential for evangelization, in a context of internal and external demands for the updating of the Church.

---

### Resumo

---

Terminado o Concílio Vaticano II (1965), as dioceses brasileiras tiveram que se adequar ao modelo de Igreja discutido e aprovado no evento, tomando como base o Plano de Pastoral de Conjunto, elaborado pela CNBB. Nesse artigo, analisam-se os Planos Diocesanos de Pastoral de Conjunto da Diocese de Limoeiro do Norte-CE, durante o bispado de Dom José Freire Falcão (1967-1971), com foco na promoção humana por eles incentivada. Conclui-se que houve

remodelação da noção de “cristão leigo”, tendo em vista seu potencial de evangelização, num contexto de demandas internas e externas pela atualização da Igreja.

---

### Entradas para indexação

---

**KEYWORDS:** Planos Diocesanos. Dom Falcão. Diocese. Limoeiro do Norte-CE.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diocesan Plans. Dom Falcão. Diocese. Limoeiro do Norte-CE.

---

### Texto integral

---

## 1. INTRODUÇÃO

A Igreja Católica, ao longo de sua história, mantivera fortes relações com as instituições de poder, até que, após o Concílio Vaticano II, a hierarquia católica impulsionou a proposta de voltar sua ação pastoral, mais efetivamente, ao atendimento dos ditos “necessitados”. De acordo com Machado (2012), o que o Vaticano II proporcionou não foi um novo tempo, mas antes, um retorno, afinal de contas, entre os primeiros cristãos prevalecia a vivência da fé em comunidade: “[...] portanto [sic] as mudanças que ocorrem no pontificado de João XXIII são uma forma de retomar uma experiência milenar inspirados pelos evangelhos, adaptado a um novo momento histórico” (MACHADO, 2012, p. 30).

O Concílio Vaticano II convocou a Instituição católica à elaboração de sua nova roupagem, o que foi compilado na Constituição pastoral intitulada *Gaudium et Spes*, documento que tratava da Igreja no mundo contemporâneo, propondo uma postura mais dialógica e atenta aos problemas vivenciados no cotidiano das populações, na promoção da justiça e dos direitos humanos, principalmente entre os necessitados.

Esse evento foi, pois, responsável pelo delineamento da Igreja de Pastoral Renovada, que, conforme Santana (1988) é aquela baseada nos documentos elaborados no Concílio Vaticano II e nas conferências do Conselho Episcopal Latino Americano em 1968 e 1979, de Medellín e Puebla, respectivamente, tendo essa ação planejada o objetivo de promover maior articulação do clero entre si, bem como entre este e os leigos, estimulando-os a participar mais ativamente da vida religiosa.

No Brasil, o Plano de Emergência foi a primeira estratégia utilizada para a adequação da Igreja brasileira à conjuntura social e institucional dos anos 1960. Elaborado pelos bispos da CNBB, em 1962, possibilitou “que a Igreja do Brasil procurasse um caminho próprio, deixando de lado a contínua importação de receitas pastorais da Europa. No plano, tomava-se por base a realidade do país no campo sócio-econômico-político e religioso para depois propor soluções” (BEOZZO, 1994, p. 14 *apud* CAVALCANTE, 1996, p. 12).

Essa primeira tentativa de renovação da Igreja nacional foi reformulada no decorrer da terceira e quarta assembleias do referido evento, sendo, a partir de então, inspirada nas Constituições conciliares *Lumen Gentium* (1965) e *Gaudium et Spes* (1965). Assim, ao fim do Vaticano II (1965), a CNBB havia também compilado o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), cujo intuito era adequar cada uma das Dioceses brasileiras ao modelo de Igreja discutido e aprovado no Concílio.

O PPC é um documento que aponta para o reformismo da Igreja, não deixando de expressar a preocupação institucional de resgatar ou, mesmo, manter a presença da Igreja em meio às camadas populares. Assim, Iokoi (1996) afirma que o Plano Pastoral de Conjunto (PPC) teve a atribuição de impor à Igreja brasileira “a necessidade de prática pastoral, que absorvesse as classes subalternas, recuperando seus anseios, identidades, padrões culturais, como valores integrados da ordem social em curso e como elementos de libertação” (IOKOI, 1996, p. 36).

Em síntese, a Pastoral de Conjunto pode ser compreendida como a série de ações encaminhadas pela Igreja em prol de sua sobrevivência enquanto instituição, estando, portanto, condicionada às circunstâncias históricas. Desse modo, diante de uma conjuntura marcada por conflitos de ordem sócio-político-econômica, é plausível que o PPC traga as marcas de uma pastoral que se propunha libertadora, preocupada com os problemas sociais do país, o que ganha novas dimensões nos planos de pastoral diocesanos.

Diante disso, importa destacar que o processo de implantação das determinações conciliares ocorreu em cadeia, decorrente da rede de interação montada para favorecer o processo de atualização da Igreja nacional, inaugurado pelo Plano Pastoral de Conjunto. Assim, aquilo que fora estabelecido pela CNBB, seguia aos Secretariados Regionais, depois aos Secretariados Provinciais, até chegarem à esfera do Secretariado Diocesano, culminando na elaboração do planejamento pastoral local, como analisaremos a seguir

## **2. “EDIFICAÇÃO DO REINO DE DEUS NESTA NOSSA DIOCESE”: OS PLANOS DIOCESANOS DE PASTORAL DE CONJUNTO DE DOM FALCÃO (1968- 1971)**

Na Diocese Jaguaribana, situada no município de Limoeiro do Norte, no Ceará, de modo genérico, podemos colocar que, no mínimo, a proposta de uma pastoral planejada foi compreendida e aceita. O encontro realizado entre os dias 10 e 14 de dezembro de 1967, no Seminário Cura d’Ars, em Limoeiro do Norte, reuniu o bispo diocesano dom José Freire Falcão, 26 padres, 55 leigos e 6 religiosos, imbuídos da tarefa de elaborar o 1º Plano Diocesano de Pastoral de Conjunto (PDPC), publicado em 1º de janeiro de 1968.

No texto de apresentação, dom Falcão dizia que o referido documento consistia numa primeira experiência compartilhada entre representantes dos diferentes grupos que compõem a Igreja Jaguaribana:

Entrego às mãos de meus caríssimos sacerdotes do clero diocesano e regular, às religiosas Salesianas, do Coração Imaculado de Maria e Irmãs de Caridade, aos Irmãos Maristas e aos Leigos de minha diocese este 1º plano Diocesano de Pastoral de Conjunto.

É uma primeira tentativa de planejamento pastoral, com a participação de sacerdotes, religiosas e leigos. Um primeiro plano. Por isso mesmo, imperfeito. Sem muita unidade e organicidade. Impreciso. Com falhas evidentes sob o ponto de vista da técnica de planejamento [...].

Mas, tem o mérito de ter sido pensado e elaborado por meus padres, religiosas e leigos. Eles, que estão entregues à tarefa de edificação do

Reino de Deus nesta diocese, é que irão aplica-lo em plano diocesano, zonal e paroquial (1º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1968, p. 2).

O bispo reconhece as deficiências e fragilidades do planejamento esboçado, tendo em vista que o mesmo é um elemento até então desconhecido no cenário da pastoral. No entanto, chama atenção para a sua elaboração co-participação e a sua aplicabilidade coletiva como aspectos relevantes dessa metodologia pastoral, que se propõe a uma maior participação leiga, baseada nas diretrizes da Igreja “renovada”.

Dom Falcão declarou que o documento apresentado era fundamental para uma ação pastoral eficaz nesta região, estando em consonância com a seguinte mensagem do Papa Paulo VI ao episcopado latino-americano reunido em Roma, em 23 de novembro de 1965:

Na obra pastoral não se pode andar às cegas. No apostolado não se corre sem meta como quem bate no ar (I Cor. 9, 26). Evita-se hoje a comodidade e o perigo do empirismo. Uma sábia planificação pode oferecer também à Igreja um meio eficaz e incentivo para o trabalho (1º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1968, p. 2).

O bispo continua ressaltando o posicionamento do evento conciliar, no tocante à pastoral planejada:

O segundo Concílio do Vaticano nos convida também a êste planejamento: “Na diocese inteira ou em peculiares regiões dela, faça-se sob a direção do Bispo, a coordenação e a íntima conjugação de todas as obras do apostolado. Assim todas as iniciativas e instituições: catequéticas, missionárias, caritativas, sociais, familiares, escolares e quaisquer outras finalidade [sic] pastoral, se canalizem a uma ação de conjunto. Com isto ao mesmo tempo resplandesce [sic] mais claramente a unidade da diocese” (1º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1968, p. 2).

Em certa medida, verificamos que o planejamento pastoral aparece aqui como um instrumento que vai além da estipulação de metas e estratégias, servindo também como uma espécie de acordo entre as partes envolvidas para que o modo de se conduzir os trabalhos em cada uma das paróquias pertencentes à Diocese não destoasse entre si, incorrendo-se no “andar às cegas” dito por Paulo VI. Para que a Igreja promovesse sua “renovação” seria indispensável estabelecer um conjunto de atividades a serem realizadas, com prazos e objetivos a serem alcançados, corroborando, assim, com a adequação da instituição ao modelo discutido e oficializado no Concílio Vaticano II, não

descuidando das especificidades locais, a exemplo do que foi feito na América Latina por meio de suas Conferências episcopais.

Nesse sentido, o 1º PDPC (1968), fruto de uma assembleia diocesana, teve o encargo de apresentar textualmente o modo como compreendera e como conduziria a ação pastoral na Região jaguaribana. Partindo de debates e apresentações expositivas, círculos de estudos e assembleia plenária, com a participação do clero, religiosos e leigos, em cada uma das três etapas, o documento apresentado trouxe reflexões pertinentes a cada uma das linhas de ação pastoral, sendo elas: promoção humana, liturgia, evangelização e apostolado leigo.

Esta última fora definida como o trabalho do leigo para a construção de um mundo melhor, cabendo a este a tarefa de propagar o espírito cristão na comunidade, refletindo os problemas cotidianos à luz do evangelho. Ou seja, por meio do apostolado leigo reconhece-se o potencial de evangelização dos fiéis.

A Evangelização, por seu turno, é apresentada como o anúncio da palavra, de modo a favorecer a adesão a Cristo, que deveria ser feita, sobretudo, por meio da catequese, que figura nos planos como uma educação volta para a vida cristã, com vistas a instruir os fiéis a viverem, na prática, os valores do cristianismo. Além disso, há que se destacar também o lugar da Liturgia dentro do PDPC, que também aparece como sendo mais um elemento que corrobora com a prática da fé no cotidiano.

Pautados nas Constituições Conciliares, aqueles que pensaram a estruturação do primeiro planejamento pastoral e compilaram as diretrizes básicas para a ação Diocesana também pontuaram a necessidade de uma Liturgia com ativa participação leiga, que não se limitasse à ação gestual, mas que se desse por meio da compreensão e vivência da mensagem evangélica, como já propunha a Reforma Litúrgica (que, dentre outras medidas, instituiu a celebração da Missa na língua vernácula [idioma nacional], posicionou o padre no altar de modo que o mesmo ficasse de frente para os fiéis, permitiu a participação dos leigos na celebração, inclusive durante a distribuição das hóstias e liberou os sacerdotes da obrigatoriedade de vestir, no seu dia-a-dia, apenas a batina preta).

Essas linhas de ação compartilham a defesa do cristão leigo participativo e consciente da realidade vivida e refletida à luz da mensagem evangélica, corroborando com a linha de ação nomeada “promoção humana”.

Esta aparece no documento em questão como sendo o trabalho de conscientização acerca da dignidade da vida humana, do acesso aos direitos básicos, bem como da ação participativa na comunidade. Por meio desta linha de ação, de acordo com o plano, seria possível “levar o homem a sentir-se responsável com os outros pela transformação material, social e espiritual de sua comunidade, e, portanto, sentir-se agente das profundas mudanças econômico-político-sociais” (1º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1968, p. 3).

A consciência de si e do outro, a participação nas diferentes esferas da vida em comunidade, bem como o potencial para modificar a realidade vivida são colocados como elementos da promoção humana, o que também representa, de certo modo, uma articulação entre as diferentes linhas de ação pastoral, citadas acima. A promoção humana inscrita nos planos se dá paralela à evangelização, à Liturgia e ao apostolado leigo, que se colocam como dedicados à missão de atrelar a fé dos fiéis a sua vida cotidiana, tornando-os cristãos ativos, favorecendo a “renovação” da Igreja, por conseguinte.

### 3. OS CAMINHOS DA PROMOÇÃO HUMANA

Tendo em vista que a promoção humana figura como a linha de ação pastoral que articula as demais, a ela é dada maior ênfase ao longo do texto do 1º PDPC. Desse modo, no conjunto de atividades dessa linha de ação considerada como norteadora, verificamos a menção ao Movimento de Educação de Base (MEB), concebido como frutífero na alfabetização e educação de adultos.

Desde a década de 1950, a Igreja se empenhava na educação de adultos por meio das escolas radiofônicas espalhadas pelos recantos do Brasil, contudo, os alarmantes índices de analfabetismo constatados no país conduziram a instituição a buscar apoio junto ao Governo Federal, concretizando, juntos, o projeto da Educação de Base.

Apresentado como um plano de alfabetização destinado às classes populares, o MEB, fundado no ano de 1961, tinha um nítido cunho ideológico, dedicado a afastar a propagação dos valores comunistas, que colocariam em risco a ordem nacional, bem como difundir o poder e a influência da Igreja no meio popular. Um projeto conservador, que buscava, inicialmente, tirar um grande contingente populacional da condição de analfabeto ao mesmo tempo em que mantinha e reforçava os valores da fé cristã.

No entanto, aos poucos, o MEB foi conduzindo suas ações de modo a proporcionar a conscientização dos alunos, capacitando-os a modificar seu olhar perante os problemas cotidianos, chegando mesmo a instigá-los à reivindicação de melhoria da vida. Essa concepção pedagógica assumida pelo MEB visava aguçar o senso crítico das camadas populares por meio de cartilhas que conduziam a alfabetização a partir de problemáticas vivenciadas pelo público-alvo.

A diocese de Limoeiro do Norte, sob a coordenação de padres diocesanos, começou os trabalhos do MEB a partir de outubro de 1961. Contudo, à época de sua instalação, sob o bispado de Dom Aureliano Matos, sacerdote de conduta conservadora, os trabalhos desenvolvidos no âmbito da educação de base jaguaribana voltavam-se a temas como educação sanitária, higiene, saúde, alimentação e ideais cristãos, descuidando questões referentes à conscientização política.

Após o falecimento de Dom Aureliano Matos (1967), o subsequente bispado de dom Falcão, que conduziu o processo de renovação da Igreja conforme as orientações do Concílio Vaticano II (1962-1965), possibilitou a reconfiguração do MEB na região Jaguaribana. Este elege a educação de base como componente fundamental da linha de ação da promoção humana dos Planos Diocesanos de Pastoral de Conjunto, passando a adotar a proposta de conscientização política dos sujeitos envolvidos no processo de alfabetização.

O 2º PDPC (1969), por sua vez, é apresentado como fruto do esforço coletivo para atender às necessidades da Diocese Jaguaribana, sendo baseado na experiência do planejamento anterior. No texto de apresentação, dom Falcão afirma ainda que o plano dá maior atenção ao setor da promoção humana, especialmente, por mostrar-se como uma possível alternativa às injustiças estruturais sofridas pela população da América Latina, conforme advertido na II Assembleia do Episcopado Latino-americano, em Medellín.

No referido evento, a Igreja latino-americana anuncia o seu compromisso de contribuir para a transformação social do continente, conduzindo sua ação pastoral de

modo a possibilitar aos cristãos saírem da condição de marginalizados e oprimidos. Foi, portanto, esse princípio que conduziu a assembleia diocesana ocorrida em Limoeiro do Norte, entre os dias 16 e 20 de dezembro de 1968.

Reunindo 23 padres, 56 leigos e 4 religiosos, a Assembleia diocesana realizou, no primeiro dia de encontro, a avaliação do PDPC no ano que se encerrava, tentando verificar a execução das atividades de cada setor de trabalho. No segundo dia, um técnico do Banco do Nordeste fez uma explanação acerca da situação econômica da sub-região que compreende a Diocese, dando, portanto, subsídios para que aqueles ali presentes refletissem sobre as condições em que se encontrava o público alvo do documento a ser elaborado. Assim, no terceiro dia de encontro, os participantes, divididos de acordo com as zonas pastorais (em número de 6), realizaram o círculo de estudos, com o objetivo de “refletirem sobre as implicações desta realidade sócio-econômica na pastoral e para oferecerem sugestões concretas no setor de promoção humana” (2º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1969, p. 2). Por fim, no último dia, foram apresentados os resultados dos estudos, e compilado aquilo que veio a ser o 2º PDPC Diocese de Limoeiro do Norte, no qual o setor da promoção humana aparece como carro-chefe.

Por meio deste, apresenta-se a preocupação da Igreja em se fazer presente em meio às comunidades jaguaribanas, bem como, interferir na realidade destas, seja por meio do MEB, da Cáritas Diocesana ou da Campanha da Fraternidade, aspecto este que aparece no plano anterior e também nos dois planos pastorais subsequentes (3º Plano Diocesano de Pastoral de Conjunto, elaborado durante a Assembleia Diocesana ocorrida entre os dias 15 e 19 de dezembro de 1969, e o 4º Plano Diocesano de Pastoral de Conjunto, elaborado durante a Assembleia Diocesana ocorrida entre os dias 14 e 17 de dezembro de 1970). Isso nos leva, portanto, a inferir que os trabalhos desenvolvidos nesse âmbito funcionavam como um instrumento daquilo que a Assembleia Diocesana compreendia por “promoção humana”.

Nesse sentido, fortalecer a presença do MEB, e, conseqüentemente, da Igreja, em meio às comunidades do Vale do Jaguaribe, figurava nos planos diocesanos como um aspecto de relevância, o que exigia uma proximidade entre a equipe supervisora e os monitores que estavam nas comunidades fazendo o trabalho de intermediários entre os conteúdos transmitidos e os alunos presentes nas escolas radiofônicas. Portanto, para alcançar êxito nas atividades era imprescindível o recurso a estratégias tais como encontros e treinamento de monitores. Reuniões comunitárias, de seu lado, visavam impulsionar a adesão da população jaguaribana, cujo quadro educacional encontrava-se marcado por altos índices de analfabetismo.

Mas, não obstante o empenho dos sujeitos envolvidos na aplicação dos planos pastorais em favorecer a promoção humana, dificuldades foram detectadas, a exemplo da avaliação do 1º plano, na qual se constata que a população ainda não estava plenamente tocada pela proposta da Igreja renovada, mostrando-se resistente ao longo do primeiro ano de atividades:

Em geral, nossas comunidades reagem contra tôda espécie de mudança social, a menos que vejam seus benefícios. Resistência que depende, em parte, do tipo de mudança que se quer fazer, dos agentes das mesmas e de sua ideologia. Resistência tanto maior quando se acham em jôgo

interesses económicos [sic] ou valores de estimação (2º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1969, p. 6).

A Igreja buscava consolidar sua presença em meio aos setores populares através da conscientização das suas condições de vida, por meio da organização comunitária e da criação de lideranças locais, sem, contudo, descuidar da evangelização. Com isso, a análise apresentada no documento caminha no sentido de empreender mais esforços para uma ação conjunta, voltada a despertar no povo a reflexão e modificação da realidade em que estava inserido, visando romper, nesse sentido, com os fatores de resistência.

Percebemos com isso que a assembleia diocesana via a necessidade de convencer a população de que os trabalhos desenvolvidos implicavam em mudanças positivas, capacitando a comunidade à conquista de melhorias nas condições de vida, afastando “a ignorância, o conformismo e o tradicionalismo” (2º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1969, p. 6). As avaliações realizadas no primeiro dia de encontro serviam, pois, como um espaço para refletir sobre a caminhada pastoral, apontando os aspectos que podiam ser melhorados, a fim de promover com mais eficácia a promoção humana da Diocese.

A consciência da necessidade de se insistir no aperfeiçoamento das estratégias diocesanas é recorrente nos planos pastorais, como na apresentação do 3º Plano Diocesano de Pastoral de Conjunto, na qual dom Falcão assegura:

Há muito ainda por fazer. Mas, os primeiros passos fôram dados. Outros seguir-se-ão, neste processo permanente de dinamização de pastoral diocesana e de renovação progressiva das estruturas eclesiais. Este terceiro plano diocesano de pastoral de conjunto é o saboroso fruto dessa semente perseverante, silenciosa e humilde. Da acolhida que lhe fôr dada dependerá, em grande parte, a eficácia do esforço apostólico em nossa diocese (3º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1970, p. 1).

Novamente, vemos o reforço à ideia de que os planos pastorais representavam um meio para adequar a Igreja jaguaribana ao projeto oficializado pela instituição, no âmbito internacional, continental e nacional. Mas, para além do planejamento, era imprescindível analisar aquilo que havia sido proposto.

O 4º PDPC (1971), por exemplo, destaca essa preocupação com a avaliação das atividades desenvolvidas pela diocese e por cada uma de suas paróquias no decorrer do ano, colocando-a como necessária para o aperfeiçoamento da execução da pastoral:

de avaliação em avaliação, cresce a pastoral de conjunto. Por ela tomamos consciência de nossas indigências. Mas, pesamos igualmente nossas possibilidades, fôrça e riquezas. Do juízo sereno sôbre o caminho percorrido, do exato conhecimento dos obstáculos encontrados,



partimos, com maior segurança, ou para a consolidação do que parece caminhar corretamente ou para a busca de novas soluções (4º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1971, p. 1).

Pautado nessas questões, dom Falcão coloca na introdução do 4º PDPC Diocese de Limoeiro do Norte a indagação: “Qual a razão de ser de um plano pastoral de conjunto e das atividades programadas?” Segundo o bispo, eles devem conduzir o trabalho diocesano, para se alcançar o objetivo maior: a salvação do homem, também compreendida como a promoção humana.

Dentro desse setor, o 4º PDPC destaca o trabalho da Cáritas, organização social surgida na Alemanha, em 1897, de onde se expandiu para a Europa e os Estados Unidos da América. Em 1950, a Igreja Católica inicia a unificação das organizações Cáritas, tornando-a um de seus organismos, que atuou na distribuição de donativos aos alemães, após a segunda guerra mundial.

Já na América Latina, sua criação se deu no ano de 1955, durante a primeira Conferência Geral do Episcopado Latino Americano. A Cáritas brasileira, por seu turno, data de 1956, e teve como objetivo inicial “fazer uma articulação nacional de todas as ‘obras sociais’ católicas e coordenar o Programa de Alimentos doados pelo Governo dos Estados Unidos da América- EUA, por meio da CNBB” (FORTE, 2008, p. 39).

Inicialmente, a Cáritas prestou assistência social, buscando amenizar o quadro de pobreza nacional, contudo, progressivamente, mudou seu direcionamento, adequando-o às Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). Assim, à medida que algumas Cáritas diocesanas foram encerrando seus trabalhos em decorrência do fim do programa de alimentos, outras passaram a pautar seus trabalhos na promoção humana, reduzindo sua atuação assistencialista, priorizando uma ação formativa dos sujeitos.

No 4º plano pastoral, a Cáritas, dentro do conjunto das atividades de promoção humana, se dedicou a entrevistas e visitas (com fins de supervisão), cursos (de nutrição, comunicação e relações humanas), além de programas radiofônicos (nos quais eram divulgadas notícias e atividades). Essas atividades, que articulam saberes teóricos e práticos, implicam numa tentativa de assistência social que supera a perspectiva caritativa, visto que, de acordo com o plano, as atividades operacionais visavam promover a capacitação e o aprendizado das camadas populares nas suas 16 paróquias.

Outro elemento que aparece com destaque nos planos pastorais, em especial, no 4º PDPC, como estratégia de renovação pastoral, é a Campanha da Fraternidade, cuja execução das atividades programadas para o ano de 1970, bem como seu aspecto educativo, foram pontuados na assembleia como resultados positivos do planejamento anterior.

A Campanha da Fraternidade, que ocorre no Brasil no período da quaresma, teve seu início no ano de 1962, na Arquidiocese de Natal, por iniciativa de três padres, que idealizaram uma campanha de arrecadação de fundos para promover atividades assistenciais. Aos poucos essa campanha cresceu e ganhou o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Só a partir de 1964 é que a Campanha da Fraternidade passou a ser nos moldes como a conhecemos hoje, trazendo a cada ano um tema e um lema, que colocam problemáticas nacionais importantes a serem refletidas. Junto a isso ocorre a campanha de arrecadação de recursos destinados ao Fundo Nacional de

Solidariedade (FNS), que, por sua vez, financia projetos que versem diretamente sobre a temática abordada (EDIÇÕES CNBB, 2019).

A base da Campanha da Fraternidade é a solidariedade. Pautadas nisso, as assembleias destinadas à elaboração dos planos diocesanos de pastoral de conjunto colocaram-na como elemento fundamental para a promoção humana da Diocese de Limoeiro do Norte. Sua potencialidade para a orientação educativa fora ressaltada em todos os planos, seja como meta a ser alcançada, seja como atividade executada com êxito.

Conforme mencionado anteriormente, a cada ano a Campanha da Fraternidade coloca a Igreja brasileira e seus fiéis a refletirem sobre assuntos pertinentes para a sociedade, o que corrobora para a conscientização acerca da realidade. Assim, caberia às paróquias trabalhar em prol da parte formativa a que se propunha a campanha. Mais do que a arrecadação de recursos, era imperativo que a Diocese, como um todo, reunisse esforços para que o propósito da campanha fosse alcançado.

Nesse sentido, o 4º PDPC propõe o fortalecimento das estratégias para a divulgação e disseminação da mensagem da Campanha da Fraternidade:

- a) A partir do início do ano letivo, em tôdas as paróquias, na medida do possível, o Coordenador Diocesano da CF fará palestras para professores e equipes paroquiais, onde estas existirem; [grifos do documento]
- b) Haverá esforço maior para dinamizar a CF-71 através das Rádios de Limoeiro do Norte e de Aracati;
- c) De 24 a 26 de fevereiro, afixação dos cartazes, nas paróquias; [...]
- e) Através das Rádios, aproveitamento dos programas sertanejos para divulgação dos objetivos da CF (4º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1971, p. 6).

Assim como o Secretariado Diocesano de Pastoral Litúrgica recorreu ao rádio como mecanismo para promover a atualização dos sacerdotes quanto à reforma Litúrgica, a coordenação da Campanha da Fraternidade também fez uso das ondas do Rádio para alcançar o máximo de visibilidade na Diocese. A estratégia de aproveitar programas radiofônicos já existentes, e, de certo, de grande audiência na população jaguaribana, consiste numa alternativa eficaz para promover a campanha em toda a região, sem dispensar, contudo, os cartazes afixados nas paróquias e as palestras instrutivas, nas quais da natureza da Campanha da Fraternidade em questão seria esclarecida. A realização da campanha estava atrelada à plena participação da população, tanto na parte formativa, por meio de discussões e reflexões de seus temas, quanto na parte financeira, com arrecadação de recursos divididos, depois, entre a CNBB, o Regional Nordeste I, a Diocese e a própria paróquia. Toda essa mobilização, portanto, reflete a preocupação que a Diocese tinha para com a Campanha da Fraternidade, um instrumento utilizado em todo o país.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, verificamos que a promoção humana apresenta-se como síntese e articuladora das outras três linhas de ação pastoral da Diocese de Limoeiro do Norte, visto que trabalham numa mesma perspectiva, que é remodelar a noção do “cristão leigo”, por meio de estratégias diversas, almejando reconhecer o seu potencial de evangelização. No entanto, é importante perceber que essa visão é decorrente de fatores como a tentativa empreendida pela Igreja de manter sua presença em meio à sociedade, que passava por progressivas mudanças.

Dar visibilidade aos fiéis consiste numa estratégia de sobrevivência da instituição católica. Assim, as linhas de ação apresentadas foram defendidas nos Planos Diocesanos de Pastoral de Conjunto (PDPC) como as colunas sobre as quais se ergueriam a Igreja dita “renovada”, oficializada por meio do Concílio Vaticano II. Conduzidas pelo Bispo Dom Falcão, as atividades planejadas ao longo das Assembleias Diocesanas e compiladas no documento oficial eram compreendidas, como sobredito, como um “processo permanente de dinamização da pastoral diocesana e de renovação progressiva das estruturas eclesiais” (3º PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO, 1970, p. 1). Uma dinâmica que não podia ser desassociada da realidade social e religiosa da região.

Após a conclusão do evento conciliar, e a conseqüente publicação das constituições *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, além da conferência do episcopado latino americano de Medellín, fez-se urgente à Diocese, em consonância com a Igreja Nacional, sistematizar o cronograma de seu trabalho anual, bem como, os objetivos a serem alcançados, num planejamento pastoral.

As equipes diocesanas, paroquiais e comunitárias, juntas, receberam o encargo de aplicar as metas, fazendo, desse modo, a Igreja fortalecer-se, especialmente entre as camadas populares, na medida em que empreendia sua propagação “renovação”, privilegiando a promoção humana e o apostolado leigo.

Podemos, mediante o exposto, assegurar que a ação pastoral da Diocese de Limoeiro do Norte, em consonância com a tendência apresentada na América Latina, e mais especificamente, no Brasil, consistiu numa estratégia evangelizadora, numa busca por adequar à sociedade o catolicismo, que precisou modificar o direcionamento de sua atuação, para sustentar-se em meio à nova conjuntura de meados do século XX.

Não podemos, contudo, ler essa tendência progressista como mera benevolência da Igreja. Esta foi, antes, uma resposta dada pela instituição em relação às demandas colocadas pela sociedade, e aceitas como necessárias à sobrevivência da Instituição por parte de membros da hierarquia católica, ou seja, foi motivada também por questões internas. De todo modo, a emergência de um novo contexto foi fundante para a reconfiguração da Igreja, a nível internacional (via concílio), continental (via conferências), nacional (via CNBB) e regional (via dioceses).

Cabe ainda destacar que essa tendência progressista da Igreja sofreu um retrocesso no início da década de 1980, quando passou a enfrentar uma onda neoconservadora. Esta teceu críticas à concepção de “Igreja popular”, acusando-a de descuidar da espiritualidade, negligenciar outras classes sociais em detrimento da opção preferencial pelos pobres, além de estimular a participação dos leigos em suas práticas. A reabertura política na década de 1980 também foi outro aspecto que influenciou no recuo da Igreja católica brasileira em seu projeto progressista, visto que suas entidades

deixavam de ser o único meio pelo qual as pessoas podiam se organizar coletivamente para lutar pela transformação social.

---

## Referências

---

CAVALCANTE, Maurina Holanda. **Saber para viver: igreja, rádio e educação popular. Uma história do MEB. Limoeiro do Norte, CE (1962- 1972).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília. Brasília, 1996.

EDIÇÕES CNBB. “Objetivo da Campanha da Fraternidade: fazer diferença na vida das pessoas”. Disponível em: <https://edicoescnbb.blog/2018/12/03/objetivo-da-campanha-da-fraternidade/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. **Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo. Brasil e Peru, 1964-1986.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

MACHADO, Odilon Kieling. **As CEBs no Rio Grande do Sul: o caso do bairro Mathias Velho, Município de Canoas (1975- 1988).** Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Santa Maria- UFMS. Santa Maria, 2012.

PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO I, 1968.

PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO II, 1969.

PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO III, 1970.

PLANO DIOCESANO DE PASTORAL DE CONJUNTO IV, 1971.

SANTANA, Luiz Carlos. **Da gestão à crise de uma “caminhada”- as CEBs na Igreja de Campinas: Pastoral, pedagogia e política (1968-1984).** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1988.

---

## Para citar este artigo

---

CASTELO, S. C.; NUNES, O. B. L. Concílio vaticano ii e diocese de Limoeiro do Norte-CE. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 4, 2021, p. 165-177.

---

## Os Autores

---

OLÍVIA BRUNA LIMA NUNES é mestre em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará - Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (2016-2018). Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Ceará - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (2011-2015).

SANDER CRUZ CASTELO é licenciado, bacharel, mestre em História e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Anhembi-Morumbi. Atualmente é professor

adjunto do curso de História e do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da FECLESC-Universidade Estadual do Ceará.